



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento e Gestão
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 19 Nº 07
Julho de 2010

Conjuntura FEE

Ajuste fiscal e a política monetária no Brasil

A crise econômica que vem afetando a economia mundial desde 2007 tem apresentado uma trajetória peculiar, quando comparada a outras crises. Ela iniciou no setor financeiro para, posteriormente, atingir o setor produtivo. As lições aprendidas em outras crises não permitiram que governantes ficassem inativos, esperando o “ajuste automático” dos mercados. Entrou em ação o Estado, com suas políticas monetária e fiscal, no sentido de reanimar a economia e buscar o saneamento do setor financeiro. Esses objetivos foram parcialmente atingidos, na medida em que, já em 2010, diversos países começam a mostrar indicadores positivos de reativação da atividade econômica e o retorno dos lucros.

Assim como ocorreu em outras crises, coube ao Estado arcar com os prejuízos que haviam sido criados pelo setor privado, em especial pelos bancos. A peculiaridade da atual conjuntura reside justamente na ameaça de inadimplência do setor público de alguns países europeus, o que obrigou o Banco Central europeu a garantir a dívida e a liquidez da economia. O resultado mais imediato tem sido a necessidade de um ajuste fiscal nos principais países da Europa, que, por sua vez, pode agravar o quadro recessivo mundial e aguçá-lo os conflitos políticos.

Relativamente às principais economias do mundo, o Brasil tem atravessado a crise numa situação favorável. Tal fato se verifica na reduzida queda do PIB em 2009 e no rápido retorno aos níveis pré-crise da produção industrial, do emprego e do próprio PIB. No que se refere à situação financeira do setor público, o Brasil também apresenta uma situação cômoda, quando comparado com as maiores economias mundiais. Assim, verifica-se que a dívida pública interna tem-se mostrado relativamente estável ao longo dos últimos anos, mantendo-se em torno de 50,0% do PIB. O fato de o Governo, nos últimos três anos, ter-se tornado um credor externo, reduziu a dívida pública total para patamares ligeiramente acima dos 40,0% do PIB.

Conforme pode ser visto na tabela, tal situação deve-se ao enorme esforço fiscal que vem sendo feito pelo Governo brasileiro nos últimos anos, o qual transparece na sequência de superávits primários. Na contramão desse ajuste, aparece a elevada carga representada pelo pagamento de juros, a qual surge como o principal condicionante da evolução nominal da dívida consolidada do setor público. A análise desses condicionantes deixa explícito que a política monetária seguida nos últimos anos, que tem, na taxa de juros, o seu único instrumento, vem comprometendo todo o esforço fiscal.

Num momento em que a economia brasileira tem-se destacado no cenário mundial pelo seu potencial e pelos seus “bons fundamentos econômicos”, são inexplicáveis as razões que levam o Governo a ter que pagar as taxas de juros reais mais elevadas do mundo. A retomada do crescimento econômico em 2010 poderia ser uma oportunidade de aumentar o superávit primário e de promover uma redução nas taxas de juros. Tal política poderia atender àqueles preocupados com um possível superaquecimento da economia brasileira e com a retomada da inflação, ao mesmo tempo em que promoveria uma redução na dívida pública, sem comprometer o crescimento econômico. Até mesmo a necessidade de uma reforma tributária e as críticas ao atual nível da carga tributária perdem sua força diante da necessidade de se cumprirem os pagamentos dos serviços da dívida pública. A propalada maturidade da economia brasileira deverá reverter essa aberração, representada pelo atual patamar da taxa de juros.

Fatores condicionantes da evolução da dívida pública, acumulada por ano, no Brasil — 2002/10

(R\$ milhões)

ANOS	DÍVIDA		FATORES CONDICIONANTES				
	Total	Varição Anual	NFSP (1)	Déficit Primário	Juros Nominais	Ajuste Cambial	Outros
2002	896 096	216 019	65 333	-47 440	112 774	147 970	2 715
2003	933 630	37 534	87 232	-56 829	144 061	-66 101	16 404
2004	981 973	48 342	54 128	-73 844	127 972	-18 011	12 225
2005	1 035 278	53 305	72 600	-84 431	157 031	-20 520	1 225
2006	1 112 701	77 423	83 890	-76 828	160 718	-6 890	422
2007	1 200 799	88 098	71 492	-89 730	161 222	21 016	-4 411
2008	1 153 631	-47 168	57 240	-106 420	163 660	-77 373	-27 035
2009	1 345 325	191 694	104 622	-64 517	169 139	79 754	7 318
2010 (2)	1 370 705	25 380	22 847	-36 617	59 464	2 519	13

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Necessidade de Financiamento do Setor Público. (2) Acumulada até abril.

André Luis Contri (FEE/CEES)

Estados com maior PIB não reduzem a mortalidade precoce

O primeiro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estipulados pela ONU é erradicar a extrema pobreza e a fome, tendo como meta reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população que sofre de fome. Seu indicador é a taxa de crianças com baixo peso ao nascer (inferior a 2.500 gramas) por 1.000 nascidos vivos. A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intrauterino ou prematuridade e fator de risco para a morbi-mortalidade neonatal e infantil, o que significa probabilidade de morte precoce. Conforme o padrão internacional, valores acima de 10% são considerados inaceitáveis. Proporções elevadas de nascidos vivos com baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil.

Analisando-se a taxa de baixo peso, nos cinco estados de maior PIB do Brasil, nos anos de 1994 e 2007, percebe-se um aumento em quatro deles: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraná e, com maior destaque, São Paulo. A única exceção foi Minas Gerais, que diminuiu a taxa, mas, se mantida essa tendência, não será atingida a meta proposta para 2015. Essa situação de incremento da taxa em nível tanto estadual como nacional revela a insuficiência dos esforços para alcançar a meta. E o que é mais grave é o fato de que o desenvolvimento econômico, expresso pelo PIB, não alcançou as condições de vida da população.

Taxa de crianças com baixo peso ao nascer, conforme o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), e meta para 2015 nos cinco estados com maior PIB do Brasil — 1994 e 2007

ESTADOS E BRASIL	1994	2007	META DO ODM PARA 2015
São Paulo	4,66	8,91	2,33
Rio de Janeiro	9,07	9,16	4,54
Minas Gerais	10,44	9,60	5,22
Rio Grande do Sul	8,62	9,30	4,31
Paraná	7,70	8,57	3,85
Brasil	7,42	8,20	3,71

FONTE: FEE/CIE.

Ministério da Saúde.

NOTA: A taxa das crianças com baixo peso ao nascer corresponde ao número de crianças que nascem nesta situação por 1.000 nascidos vivos.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/CIE)

Agricultura familiar: novos estímulos à produção de alimentos

As informações publicadas recentemente no **Censo Agropecuário de 2006** permitem afirmar que a agricultura familiar é responsável por 70% da produção dos alimentos comercializados no mercado interno, contando apenas com 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais no Brasil.

O anúncio do Plano Safra Para a Agricultura Familiar 2010/2011 vem corroborar a força desse segmento com recursos que totalizam R\$ 16 bilhões, um acréscimo bastante significativo (256%), se confrontado com o montante disponibilizado aos produtores em 2003, quando teve início o Pronaf. As taxas de juro, por sua vez, foram reduzidas em seus limites máximos para as operações de custeio e investimento, passando de 5,5% para 4,5% e de 5% para 4% respectivamente.

Já o Programa Mais Alimentos, que incentivou a modernização produtiva das unidades familiares, possibilitou, aqui no Estado, a retomada das vendas da indústria de máquinas agrícolas com tratores de até 75 cv. Para a próxima safra, esse programa amplia de R\$ 100.000,00 para R\$ 130.000,00 o limite de financiamento para projetos individuais de aquisição de

máquinas agrícolas e passa a financiar valores até R\$ 500.000,00 para projetos coletivos com o mesmo fim. Esses novos estímulos à produção agrícola são bastante promissores para aqueles estabelecimentos dedicados, principalmente, à oferta interna de alimentos.

Evolução do crédito do Pronaf no Brasil — 2004/05 a 2010/11

SAFRAS	VALOR (US\$ bilhões)	NÚMERO ÍNDICE
2004/05	7,0	156
2005/06	9,0	200
2006/07	10,0	222
2007/08	12,0	267
2008/09	13,0	289
2009/10	15,0	333
2010/11	16,0	356

FONTE: <<http://www.mda.gov.br/portalsaf/>>.

NOTA: Os dados têm como base 2002/03 = 100.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-maio/10

MESES E ANOS	TAXAS ANUAIS DE CRESCI- MENTO DO PIB (1) (IBGE)	TAXA DE INVESTIMENTO (2) (% do PIB) (IPEA)	TAXA MÉDIA DE DESEMPREGO ABERTO (3) (% da PEA) (IBGE)	TAXAS ANUAIS DE VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS (4) (IPCA/IBGE)	TAXAS BÁSICAS DE JUROS AO ANO (%) (Bacen)	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (5) (Funcex)		SALÁRIOS REAIS NA INDÚSTRIA (IBGE)		BASE MONETÁRIA (saldo em R\$ milhões correntes) (Bacen)
						Índice (base fixa dez./03 = 100)	Taxa de Variação (4)	Índice (base jan./01 = 100)	Taxa de Variação (7)	
Dez./99	0,3	19,6	-	8,9	19,00	-	-	125,4	0,1	45 407
Dez./00	4,3	20,3	-	6,0	16,50	-	-	128,3	0,2	46 304
Dez./01	1,3	19,2	10,6	7,7	19,00	-	-	130,7	25,7	52 846
Dez./02	2,7	-	10,5	12,5	22,00	-	-	122,4	20,3	69 901
Dez./03	1,1	-	10,9	9,3	17,50	-	-	126,4	21,9	70 802
Dez./04	5,7	-	9,6	7,6	17,25	88,9	-	134,4	24,8	87 344
Dez./05	2,9	-	8,3	5,7	18,50	75,7	-14,8	135,5	21,3	98 306
Dez./06	3,8	-	8,4	3,1	13,25	73,8	-2,5	135,1	19,7	118 304
Dez./07	5,7	-	7,4	4,5	11,25	63,9	-13,4	141,0	21,8	143 642
Maio/08	-	-	7,9	5,6	11,75	61,2	-14,8	108,8	2,6	132 658
Jun./08	6,0	-	7,9	6,1	12,25	59,8	-14,6	107,2	-1,5	131 067
Jul./08	-	-	8,1	6,4	13,00	59,1	-14,3	109,7	2,3	134 669
Ago./08	-	-	7,6	6,2	13,75	58,6	-17,2	110,0	0,3	133 935
Set./08	6,6	-	7,7	6,3	13,75	63,4	-6,9	108,4	-1,5	137 544
Out./08	-	-	7,5	6,4	13,75	70,6	8,8	109,2	0,8	139 816
Nov./08	-	-	7,6	6,4	13,75	70,1	8,7	120,4	10,3	130 600
Dez./08	5,1	-	6,8	5,9	13,75	74,4	16,4	148,2	23,1	145 742
Jan./09	-	-	8,2	5,8	12,75	73,1	14,8	113,8	-23,2	142 042
Fev./09	-	-	8,5	5,9	12,75	72,7	15,9	114,4	0,5	135 861
Mar./09	3,0	-	9,0	5,6	11,25	71,7	12,9	111,2	-2,8	132 168
Abr./09	-	-	8,9	5,5	10,25	69,2	9,7	110,1	-1,0	132 422
Maio/09	-	-	8,8	5,2	10,25	65,9	7,7	114,7	4,2	134 772
Jun./09	1,0	-	8,1	4,8	9,25	64,1	7,2	112,3	-2,1	136 247
Jul./09	-	-	8,0	4,5	8,75	64,2	8,6	113,4	1,0	138 421
Ago./09	-	-	8,1	4,4	8,75	62,0	5,8	110,5	-2,6	138 717
Set./09	-1,0	-	7,7	4,3	8,75	61,3	-3,3	110,3	-0,2	145 138
Out./09	-	-	7,5	4,2	8,75	59,2	-16,1	111,2	0,8	145 571
Nov./09	-	-	7,4	4,2	8,75	59,5	-15,1	122,7	10,3	148 649
Dez./09	-0,2	-	6,8	4,3	8,75	60,3	-19,0	145,1	18,3	167 400
Jan./10	-	-	7,2	4,6	8,75	61,1	-16,4	117,4	-19,1	165 388
Fev./10	-	-	7,4	4,8	8,75	61,6	-15,3	116,3	-0,9	161 879
Mar./10	2,4	-	7,6	5,2	8,75	59,6	-16,9	114,7	-1,4	158 721
Abr./10	-	-	7,3	5,3	9,50	58,6	-15,3	112,4	-2,0	160 329
Maio/10	-	-	-	5,2	9,50	-	-	-	-	-

(continua)

ECONOMIA BRASILEIRA

Variáveis macroeconômicas selecionadas — dez./99-maio/10

MESES E ANOS	NECESSIDADES PRIMÁRIAS DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO (6) (% do PIB) (Bacen)	DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (% do PIB) (Bacen)	INDÚSTRIA				SETOR EXTERNO						
			Índice da Produção Física (base 2002 = 100) (IBGE)	Taxas de Crescimento (IBGE)		Utilização da Capacidade Instalada (%) (IBRE) (8)	Taxas de Crescimento (Secex)		% do PIB (Bacen)			Reservas Externas (conceito de liquidez internacional) (US\$ milhões) (Bacen)	Dívida Externa Total (US\$ milhões correntes)
				Produção física (1)	Produtividade física da indústria (7)		Exporta- ções (1)	Importa- ções (1)	Transações correntes (6)	Investi- mentos diretos (6)	Transações correntes não cobertas por investimentos diretos (6)		
Dez./99	-3,13	49,7	86,06	-0,7	-	81,5	-6,1	-14,9	-4,32	4,87	-0,55	36 342	241 468
Dez./00	-3,56	48,8	92,66	6,6	-	82,7	14,7	13,8	-3,76	5,08	-1,33	33 011	236 156
Dez./01	-3,67	52,6	86,69	1,6	-10,7	80,2	5,7	0,1	-4,19	4,06	0,14	35 866	226 067
Dez./02	-3,96	55,5	93,75	2,7	-9,9	80,9	3,7	-15,4	-1,51	3,29	-1,78	37 823	227 689
Dez./03	-4,37	57,2	98,23	0,4	-6,9	81,9	21,1	2,3	0,75	1,83	-2,59	49 296	235 414
Dez./04	-4,59	51,7	106,41	8,3	-6,6	84,4	32,0	30,0	1,76	2,73	-4,49	52 935	220 182
Dez./05	-4,83	46,5	109,34	3,1	-5,1	83,7	22,6	17,2	1,58	1,71	-3,29	53 799	187 987
Dez./06	-3,88	44,0	109,65	2,8	-8,1	84,4	16,2	24,1	1,27	1,76	-3,03	85 839	199 372
Dez./07	-3,97	42,8	116,58	6,0	-8,4	86,7	16,8	32,1	0,11	2,53	-2,64	180 334	240 495
Mai/08	-4,35	40,6	128,54	6,7	1,5	85,6	16,5	40,0	-0,97	2,56	-1,59	197 906	259 109
Jun./08	-4,24	40,5	129,52	6,7	0,8	86,3	18,9	43,8	-1,17	2,01	-0,84	200 827	262 429
Jul./08	-4,33	40,7	136,51	6,9	4,1	86,1	22,6	46,0	-1,25	1,96	-0,71	203 562	266 862
Ago./08	-4,37	40,5	135,10	6,4	-1,0	86,6	24,5	48,2	-1,38	2,10	-0,72	205 116	271 079
Set./08	-4,55	37,8	136,18	6,8	0,3	86,3	27,0	50,7	-1,57	2,36	-0,79	206 494	272 966
Out./08	-4,47	36,2	138,29	6,0	0,5	86,3	26,3	50,2	-1,61	2,37	-0,76	197 229	278 919
Nov./08	-4,27	34,9	122,11	4,8	-9,5	85,2	25,0	46,9	-1,57	2,32	-0,75	194 668	271 428
Dez./08	-3,68	38,4	99,40	3,1	-15,3	80,6	23,2	43,5	-1,72	2,75	-1,03	193 783	262 910
Jan./09	-3,20	36,9	98,01	1,0	1,7	76,7	19,3	37,4	-1,69	2,64	-0,95	188 102	267 486
Fev./09	-3,03	37,1	94,98	-1,0	-0,9	77,0	15,5	29,2	-1,64	2,77	-1,13	186 880	261 821
Mar./09	-2,83	40,6	111,07	-1,9	15,0	77,1	15,2	26,0	-1,50	2,73	-1,23	190 388	259 926
Abr./09	-2,55	41,4	106,45	-3,9	-3,9	77,6	13,0	19,5	-1,32	2,76	-1,44	190 546	262 113
Mai/09	-2,29	42,6	114,15	-5,0	6,5	78,7	5,1	10,7	-1,41	2,88	-1,47	195 264	264 694
Jun./09	-1,96	43,3	115,42	-6,5	1,4	79,0	-0,5	1,7	-1,28	2,83	-1,55	201 467	270 107
Jul./09	-1,70	44,0	122,93	-8,1	6,0	79,8	-7,3	-6,4	-1,25	2,71	-1,46	207 363	270 107
Ago./09	-1,54	44,0	125,56	-8,8	1,6	81,6	-12,7	-14,0	-1,22	2,51	-1,29	215 744	277 205
Set./09	-1,13	43,5	125,88	-10,2	-0,9	82,8	-18,5	-20,3	-1,18	2,16	-0,98	221 629	282 107
Out./09	-0,97	43,4	134,02	-10,6	4,6	83,7	-21,9	-25,2	-1,28	1,97	-0,69	231 123	278 426
Nov./09	-1,41	43,1	128,60	-9,7	-4,0	84,5	-23,2	-26,3	-1,41	1,89	-0,49	236 660	283 644
Dez./09	-2,05	42,8	118,28	-7,4	-5,9	84,2	-22,7	-26,3	-1,54	1,65	-0,10	238 520	277 563
Jan./10	-2,32	41,6	113,77	-5,0	-2,3	82,1	-20,5	-24,7	-1,55	1,52	0,03	240 484	279 083
Fev./10	-2,21	42,1	112,27	-2,6	-0,9	83,1	-17,8	-20,5	-1,65	1,51	0,14	241 082	281 728
Mar./10	-1,94	42,4	133,48	-0,3	14,5	83,5	-15,4	-16,7	-1,78	1,49	0,30	243 762	293 005
Abr./10	-2,17	42,2	124,94	2,3	-6,6	84,5	-13,2	-11,5	-1,98	1,37	0,61	247 292	290 690
Mai/10	-	-	-	-	-	84,6	-6,5	-5,1	-1,94	1,39	0,55	249 846	299 291

FONTE: IPEA. IBGE. Bacen. DIEESE. FGV. IBRE. Macrométrica.

(1) Variação percentual do fluxo dos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores. (2) Taxa de investimento no trimestre (preços de 1990). Taxa obtida a partir da relação entre as séries de índices reais (base fixa, dessazonalizado) da formação bruta de capital fixo e do PIB. (3) Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho. (4) Variação percentual em relação ao mesmo mês do ano anterior. (5) R\$/cesta de 13 moedas: Zona do Euro, EUA, Japão, Argentina, China, Coreia do Sul, Rússia, Canadá, Uruguai, Paraguai, Chile, México e Reino Unido. (6) Valor dos últimos 12 meses. (7) Variação percentual em relação ao mês anterior. (8) Taxa mensal.

Carta de Conjuntura - Ano 19 nº 07

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./08-maio/10

MESES E ANOS	PIB (1)	PRODUÇÃO FÍSICA NA INDÚSTRIA			ICMS (R\$ milhões)				ÍNDICES DE PREÇOS	
		Base Fixa (4)	Mês (5)	Acumulado no Ano (6)	Industrial	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Total	IEPE (7)	CUB (R\$)
Jan./08	-	102,86	108,95	108,95	520,0	336,8	219,4	1 243,3	91,71	957,57
Fev./08	-	105,86	112,18	110,56	511,9	308,3	139,1	1 114,0	91,48	959,14
Mar./08	-	113,20	99,05	106,22	514,4	280,7	117,5	1 054,9	92,09	964,44
Abr./08	-	120,92	107,60	106,59	523,5	368,0	137,1	1 167,1	92,77	967,72
Mai/08	-	114,61	96,71	104,40	492,2	392,1	129,5	1 172,8	94,23	969,38
Jun./08	-	115,70	107,02	104,84	651,0	303,1	156,0	1 322,2	95,53	981,24
Jul./08	-	119,13	105,95	105,01	449,0	431,3	146,8	1 163,7	96,34	1 030,71
Ago./08	-	114,87	101,61	104,56	536,3	340,2	144,4	1 133,6	96,66	1 038,38
Set./08	-	116,12	115,87	105,73	575,8	390,2	154,1	1 278,5	96,95	1 048,99
Out./08	-	118,38	102,54	105,39	547,6	416,4	128,0	1 285,5	97,13	1 055,21
Nov./08	-	99,17	89,85	103,96	538,0	482,3	136,3	1 328,3	98,00	1 058,22
Dez./08	5,1	81,68	82,90	102,35	508,2	368,8	131,1	1 165,8	98,18	1 069,27
Jan./09	-	81,61	79,33	79,33	651,5	304,8	194,6	1 314,0	98,69	1 075,83
Fev./09	-	84,17	79,51	79,42	531,3	264,6	129,3	1 084,4	99,27	1 079,34
Mar./09	-	101,90	90,02	83,15	513,9	276,8	132,5	1 081,7	99,61	-
Abr./09	-	104,50	86,42	84,04	666,3	303,1	119,0	1 246,4	100,00	-
Mai/09	-	105,32	91,89	85,66	631,7	284,8	137,8	1 214,6	100,44	-
Jun./09	-	104,70	90,50	86,49	554,0	287,5	156,6	1 156,8	100,86	-
Jul./09	-	110,02	92,35	87,37	552,8	283,0	149,5	1 139,1	100,83	-
Ago./09	-	108,30	94,28	88,25	585,2	295,7	148,0	1 182,5	100,51	-
Set./09	-	105,29	90,67	88,52	588,3	293,8	156,1	1 200,3	100,86	-
Out./09	-	111,67	94,33	89,12	638,2	300,7	129,5	1 232,1	101,90	-
Nov./09	-	108,03	108,93	90,71	710,8	319,9	142,4	1 326,3	101,58	-
Dez./09	6,0	102,25	125,18	92,84	686,4	323,5	133,2	1 353,5	101,06	-
Jan./10	-	98,31	120,47	120,47	770,3	356,8	185,6	1 487,6	101,58	-
Fev./10	-	93,98	111,65	115,99	598,5	269,2	118,0	1 096,3	102,41	-
Mar./10	-	118,59	116,38	116,14	616,6	381,7	138,3	1 359,6	103,62	-
Abr./10	-	113,71	108,82	114,08	810,1	379,8	135,2	1 477,6	104,28	-
Mai/10	-	-	-	-	747,1	350,0	145,1	1 396,1	104,57	-

(continua)

ECONOMIA DO RS

Variáveis selecionadas — jan./08-maio/10

MESES E ANOS	SALDO DE ADMISSÕES E DESLIGAMENTOS COM CARTEIRA	DESEMPREGO NA RMPA		RENDIMENTOS NA RMPA (2)		CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (3) (mwh)		EXPORTAÇÕES VALOR (1 000 US\$ FOB)
		Taxa de Desemprego		Ocupados (8)	Assalariados (9)	Industrial	Total	
		Aberto	Total					
Jan./08	19 029	8,4	11,2	1 197	1 194	467 639	1 914 097	1 151 275
Fev./08	20 080	8,3	11,3	1 168	1 164	553 905	1 949 550	1 194 279
Mar./08	18 474	8,7	11,7	1 150	1 163	556 404	1 905 271	1 153 749
Abr./08	13 578	9,0	12,0	1 181	1 193	591 331	1 852 881	1 380 913
Mai/08	2 296	9,2	12,2	1 214	1 234	588 888	1 747 461	1 692 281
Jun./08	7 990	8,7	11,9	1 238	1 253	579 625	1 722 206	1 669 978
Jul./08	4 522	8,7	11,9	1 241	1 260	599 694	1 738 101	1 842 540
Ago./08	4 814	8,3	11,3	1 250	1 257	598 172	1 738 262	1 727 183
Set./08	10 540	8,3	11,2	1 256	1 260	570 888	1 684 761	2 553 456
Out./08	8 873	7,9	10,6	1 257	1 256	583 481	1 723 158	1 659 290
Nov./08	8 036	7,7	10,2	1 249	1 256	545 726	1 702 679	1 117 792
Dez./08	-27 678	7,4	9,8	1 231	1 227	504 271	1 821 798	1 208 892
Jan./09	2 798	7,6	10,0	1 242	1 225	370 254	1 838 172	704 515
Fev./09	747	7,8	10,4	1 264	1 249	451 763	1 869 565	876 189
Mar./09	4 734	9,0	11,7	1 273	1 272	484 699	1 925 556	883 952
Abr./09	2 935	9,7	12,1	1 255	1 269	518 975	1 878 610	1 057 077
Mai/09	-4 076	10,1	12,6	1 234	1 246	516 215	1 733 588	1 302 929
Jun./09	-1 394	9,5	12,0	1 259	1 248	521 982	1 691 489	1 879 368
Jul./09	-481	9,2	12,0	1 273	1 266	523 211	1 715 453	1 506 217
Ago./09	10 983	8,8	11,6	1 282	1 260	535 211	1 732 263	1 423 981
Set./09	14 385	8,4	11,3	1 268	1 265	537 056	1 706 000	1 405 196
Out./09	19 596	8,1	10,4	1 296	1 284	545 937	1 709 505	1 432 869
Nov./09	25 723	7,9	10,0	1 270	1 266	531 690	1 751 336	932 124
Dez./09	-11 724	7,4	9,4	1 284	1 288	563 694	1 877 984	1 831 696
Jan./10	18 877	7,3	9,7	1 256	1 253	461 302	1 959 713	838 307
Fev./10	19 718	7,3	9,6	1 290	1 274	538 312	2 034 351	875 005
Mar./10	28 254	7,7	9,8	1 298	1 270	569 857	2 089 614	1 013 270
Abr./10	20 429	7,8	9,6	1 295	1 269	-	-	1 352 478
Mai/10	9 511	7,7	9,6	-	-	-	-	1 570 958

FONTE: FEE. IBGE. MICT. PED-RMPA. Secretaria da Fazenda-RS. IEPE. SINDUSCON. Ministério do Trabalho e Emprego.

(1) Refere-se à taxa anual. (2) Inflator utilizado: IPC-IEPE; valores em reais de abr./10. (3) Refere-se à soma do consumo de energia elétrica divulgado pelas três principais operadoras do Estado (RGE, AES-SUL e CEEE). (4) Base: média de 2002 = 100. (5) Base: igual mês do ano anterior = 100. (6) Base: igual período do ano anterior = 100. (7) Base: abr./09 = 100. (8) Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (9) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos.

O aumento da arrecadação tributária

A arrecadação das receitas federais nos primeiros cinco meses de 2010 registrou um aumento real considerável de 13,3% em relação a igual intervalo do ano anterior, revertendo o quadro ocorrido no ano de 2009, quando essas receitas apresentaram queda, em decorrência da crise econômica, que provocou redução do nível de atividade (-0,2%), e das medidas de desonerações tributárias adotadas para incentivar o consumo.

O resultado verificado no quinquimestre deste ano traduziu a melhora no recolhimento dos tributos federais. Dentre eles, destaca-se a arrecadação do Imposto Sobre os Produtos Industrializados (IPI), que obteve um acréscimo real de 21,4% nesse período, atribuído ao crescimento da produção industrial e, também, ao fim das desonerações fiscais a partir do mês de março. Ressalta-se o avanço de 248% do IPI-automóveis, decorrente da expansão das vendas de veículos no período.

Já o Imposto Sobre Operações Financeiras subiu 33,5% de janeiro a maio de 2010, refletindo a elevação de 2% de sua alíquota incidente sobre as liquidações de operações de câmbio para o ingresso de recursos dos investidores estrangeiros para aplicação no mercado financeiro. Verificam-se, ainda, aumentos dos recolhimentos da Contribuição Para o Financiamento Social (Cofins), em virtude da expansão do volume geral de vendas e da CIDE-combustíveis, que obteve o maior acréscimo (258%) no período, devido à elevação das alíquotas sobre gasolina e diesel, a partir de junho de 2009.

Neste cenário, dada a estimativa de crescimento da atividade econômica para este ano, a expectativa é de que as receitas tributárias continuem sua trajetória de alta, com avanço da carga tributária e situação fiscal do Governo Federal mais favorável em relação ao ano anterior.

Arrecadação das principais receitas federais no Brasil — 2009/10

RECEITAS	VALOR (R\$ milhões)		Δ% ²⁰¹⁰ / ₂₀₀₉
	Jan.-Maio/09	Jan.-Maio/10	
Imposto Sobre a Renda Total	84 025	86 593	3,1
Contribuição Para Seguridade Social (Cofins)	45 720	54 878	20,0
Imposto Sobre Produtos Industrializados	12 096	14 689	21,4
IPI-automóveis	512	1 783	248,0
IPI-outros	11 584	12 907	11,4
Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF)	7 568	10 102	33,5
CIDE-combustíveis	861	3 084	258,0
Demais receitas	133 495	152 069	13,9
TOTAL	283 765	321 416	13,3

FONTE: Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil/Análise da Arrecadação das Receitas Federais.

NOTA: Os valores de 2009 e 2010 foram inflacionados pelo IPCA a preços de maio/10.

Isabel Ruckert (FEE/CEES)

O fraco desempenho do trigo gaúcho

A safra brasileira de trigo 2009/10 cresceu 3,8%, atingindo 5,1 milhões de toneladas. Por necessitar de clima frio para seu desenvolvimento, esse cultivo está concentrado no Paraná e no Rio Grande do Sul, que, juntos, são responsáveis por praticamente 90% da produção.

No Estado, o fraco desempenho dessa cultura em 2009/10 é resultado de um conjunto de fatores, principalmente as reduções de 6,7% na área colhida e de 11,4% no rendimento por hectare, reflexos do recuo na área plantada e da condição climática desfavorável ao desenvolvimento do trigo.

Além das questões acima, o tricultor enfrenta problemas com preço de comercialização do produto. No período jan.-abr./08, o preço médio de comercialização do trigo foi de R\$ 28,00 por saca de 60kg; em igual período de 2010, o valor médio recebido pelo produtor é 20,6% inferior aos praticados naquele ano.

Em razão da conjuntura desfavorável, a perspectiva para a safra 2010/11 é de redução na área plantada, pois, além do desestímulo com o preço, parte da safra anterior ainda se encontra estocada, aguardando melhores condições de comercialização.

O Brasil, cuja produção, historicamente, é insuficiente para atender ao consumo interno — que se situa em torno de 10,0 milhões de toneladas —, constitui-se em um grande importador desse cereal. Neste ano, mais uma vez, o País recorrerá ao mercado internacional para atender à demanda, que, *grosso modo*, estaria com um déficit de 50%. Este poderá, ainda, ser superior, devido à baixa qualidade de parte do trigo colhido em 2009, que está sendo exportada como “trigo-ração”.

Varição percentual da produção, da área e da produtividade do trigo no Brasil, no Rio Grande do Sul e no Paraná — 2009/10

ESPECIFICAÇÃO	PRODUÇÃO	ÁREA	PRODUTIVIDADE
Rio Grande do Sul	-17,4	-6,7	-11,4
Paraná	19,3	-15,4	41,1
Brasil	3,8	-11,0	16,6

FONTE: IBGE.

Maria Helena Antunes de Sampaio (FEE/CEES)

Mercado de trabalho da RMPA em recuperação

A recuperação da economia do País, corroborada pelo expressivo crescimento de 9,0% do PIB no primeiro trimestre deste ano, em relação ao mesmo trimestre de 2009 (IBGE), vem tendo impactos positivos também sobre o mercado de trabalho. Na Região Metropolitana de Porto Alegre, esse fato pode ser constatado através do desempenho favorável dos principais indicadores do mercado de trabalho — taxa de desemprego, nível ocupacional e rendimentos do trabalho —, segundo informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA).

Quanto à **taxa de desemprego total**, cabem três destaques, considerando-se o período jan.-maio/10: (a) a taxa vem situando-se abaixo da registrada no mesmo mês do ano anterior, em todos os meses desse período; (b) as taxas de abril e maio apresentaram os valores mais baixos registrados em toda a série da PED-RMPA, para os respectivos meses; e (c) a relativa estabilidade observada até maio, quando a taxa de desemprego se situou em 9,6%, revela desempenho favorável desse indicador, visto que, em termos de sazonalidade, se esperaria elevação nesse período.

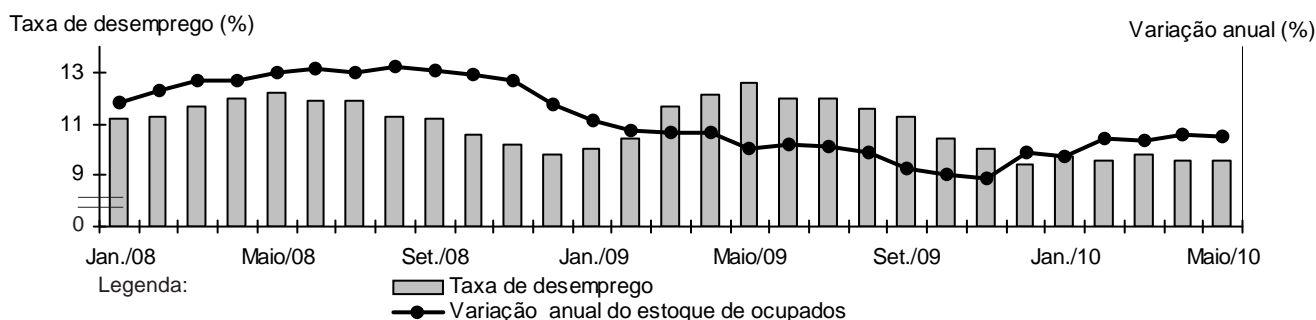
Para a **ocupação**, o desempenho também vem sendo positivo, especialmente ao se confrontar a variação do contingente de ocupados em um determinado mês com o registrado no mesmo mês do ano anterior. Nesse sentido, a análise dos dados do gráfico permite visualizar-se três períodos distintos: num primeiro momento, jan.-ago./08, em que a economia e o mercado de trabalho apresentaram resultados altamente positivos, a ocupação teve uma trajetória ascendente, e a va-

riação do número de ocupados, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, foi bastante elevada; seguiu-se um longo período de declínio, entre set./08 e nov./09, cujo início coincidiu com os impactos da crise financeira mundial, no País, e no qual a variação da ocupação atingiu valores inclusive negativos nessa base de comparação; por fim, a partir de dez./09 até maio último, as variações passaram a ser positivas e com trajetória ascendente, revelando a maior capacidade de absorção de mão de obra pela economia local. Note-se, entretanto, que a magnitude das variações do nível ocupacional face ao mesmo período do ano anterior se encontra ainda bem aquém das observadas em 2008 — 2,5% em maio/10 face aos 7,8% de maio/08. Setorialmente, no período recente, cabe destaque à indústria de transformação, em que a ocupação se tem recuperado de modo mais consistente, com crescimento de 7,5% entre dez./09 e maio/10, enquanto os demais setores tiveram redução nessa base comparativa.

No que respeita aos **rendimentos do trabalho** para o conjunto dos ocupados, os dados são igualmente favoráveis, embora o aumento real tenha sido pequeno (0,9% entre dez./09 e abr./10), atingindo o valor de R\$ 1.295,00 em abril último.

Essas condições relativamente mais favoráveis do mercado de trabalho metropolitano em 2010, acrescidas das previsões de um crescimento mais acentuado do PIB, sinalizam a continuidade dessa melhora no mercado de trabalho regional.

Taxa de desemprego e variação anual do estoque de ocupados na Região Metropolitana de Porto Alegre — jan./08-maio/10



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e Apoio MTE/FAT.

NOTA: Variação do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Míriam De Toni (FEE/PED)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.06.10).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretora Administrativa: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Roberto da Silva Wiltgen e Sônia Unikowsky Teruchkin.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Vera Lúcia Pires Dalberto. Expedição: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Susana Kerschner. Revisores: Maria Inácia Flôr Reinaldo e Sônia Therezinha Hahn Calvete.

Editoria

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Bondanza Lopes. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos e Vera Sônia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

